



Ministro do Trabalho é afastado pelo STF em nova fase de investigação sobre fraudes em registros sindicais

Nova fase da Operação Registro Espúrio também fez buscas no gabinete do deputado Nelson

Marquezelli (PTB-SP). Parlamentar disse que não tem ‘nada a temer’



Helton Yomura, ministro interino do Trabalho

O Ministro do Trabalho, Helton Yomura, foi suspenso do cargo em uma nova fase da Operação Registro Espúrio, deflagrada pela Polícia Federal nesta quinta-feira (5). A suspensão, pedida pela PF, foi autorizada pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na decisão, Yomura foi impedido de frequentar o Ministério do Trabalho e de manter contato com demais investigados ou servidores da pasta. Ele vai prestar um depoimento à polícia na manhã desta quinta.

Na nova fase da operação, a PF também cumpriu mandados de busca e apreensão no gabinete do deputado federal Nelson Marquezelli (PTB-SP). Assim como Yomura, ele foi proibido de frequentar o ministério e de manter contato com outros investigados e servidores da pasta, exceto quando for imprescindível ao exercício do mandato de

deputado.

A Operação Registro Espúrio investiga uma suposta organização criminosa integrada por políticos e servidores que teria cometido fraudes na concessão de registros de sindicatos pelo Ministério do Trabalho.

A TV Globo tentou contato com Helton Yomura, mas até a última atualização desta reportagem não havia conseguido falar com o ministro.

Marquezelli, que estava em seu gabinete quando os policiais federais chegaram, deu entrevista para a imprensa sobre a operação. Ele disse que não tem “nada a temer”. “Vamos esperar a investigação. A gente sabe perfeitamente que esse é um trabalho que deve ser feito e esclarecido para a população. Nada a temer”, afirmou.

O parlamentar também disse que foi informado por uma policial de que todos os deputados do PTB serão investigados. “O PTB hoje administra o Ministério do Trabalho. Houve denúncias, várias denúncias e a policial me informa que todos os deputados do PTB serão investigados, seus gabinetes, para ver se tem alguma ligação com concessões de registros de sindicatos”, afirmou Marquezelli.

Resumo da operação

- O STF determinou o afastamento de

Yomura e buscas no gabinete de Marquezelli, e os impediu de frequentar o Ministério do Trabalho;

- A Corte também determinou a prisão do chefe de gabinete de Yomura, Júlio de Souza Bernardes, do superintendente regional do trabalho no RJ, Adriano José de Lima Bernardo, e de Jonas Antunes Lima, assessor do deputado Marquezelli;

- A PF diz que Yomura é “testa de ferro” do ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB;

- As medidas fazem parte da 3ª fase da Operação Resgistro Espúrio, que investiga fraudes na concessão de registros de sindicatos pelo Ministério do Trabalho.

Ao todo, a PF foi às ruas para cumprir 10 mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão temporária em Brasília e Rio de Janeiro. Um dos mandados de prisão é para um assessor parlamentar de Marquezelli.

Segundo a polícia, as investigações e o material coletado nas primeiras fases da Operação Registro Espúrio indicam a participação de novos atores e apontam que cargos da estrutura do Ministério do Trabalho foram preenchidos com pessoas comprometidas com os interesses do grupo criminoso, permitindo a manutenção das ações ilícitas.

‘Testa de ferro’

De acordo com a PF, Helton Yomura foi lançado no cargo de ministro do Trabalho para dar continuidade às irregularidades investigadas na operação. A Polícia apontou que ele é um “testa de ferro” de caciques do PTB, partido que indicou os ministros do Trabalho no governo Michel Temer.

A polícia afirmou que o papel de Yomura era “viabilizar a ingerência” da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) na pasta, e “dar continuidade aos desmandos” do presidente do PTB, Roberto Jefferson, no ministério. Jefferson é pai de Cristiane. Ela chegou a ser escolhida por

Temer para assumir o Ministério do Trabalho em janeiro deste ano, mas foi impedida por decisões judiciais.

Procurado pelo G1, Roberto Jefferson disse que não vai se manifestar sobre a operação.

Operação Registro Espúrio

Em maio deste ano, na primeira fase da operação, a polícia fez buscas nos gabinetes dos deputados federais Paulinho da Força (SD-SP), Jovair Arantes (PTB-GO) e Wilson Filho (PTB-PB), cujas prisões chegaram a ser pedidas pela PF, mas o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF) não autorizou.

- Polícia Federal faz buscas na Câmara em operação para apurar fraude nos registros sindicais do Ministério do Trabalho

De acordo com as investigações da Polícia Federal,

- os registros de entidades sindicais no ministério eram obtidos mediante pagamento de vantagens indevidas;

- não era respeitada a ordem de chegada dos pedidos ao ministério;

- a prioridade era dada a pedidos intermediados por políticos;

- a operação apontou um “loteamento” de cargos do Ministério do Trabalho entre os partidos PTB e Solidariedade.

Na época, Wilson Filho disse, por meio de nota, não ter participação na concessão de registros sindicais no Ministério do Trabalho. Paulinho da Força afirmou que desconhece os fatos investigados. Jovair Arantes disse que se posiciona “em consonância” com nota emitida pelo PTB, segundo a qual a direção do partido “jamais participou de quaisquer negociações espúrias”.

Segundo as investigações, o “núcleo político” do suposto esquema teria como participantes, além dos deputados, o presidente do PTB, deputado cassado Roberto Jefferson; o suplente de deputado Ademir Camilo Prates Rodrigues (MDB-MG); e os senadores Dalírio Beber (PSDB-

SC) e Cidinho Santos (PR-MT), atualmente licenciado do mandato.

Na época, a PF também pediu a prisão de Roberto Jefferson, mas Fachin não atendeu. Segundo o ministro, há indícios de que ele sabia do esquema, mas não que tenha se

beneficiado. Segundo nota divulgada pelo partido, a direção nacional do PTB “jamais participou de quaisquer negociações espúrias no Ministério do Trabalho”.

Fonte: G1

CANAL ELETRÔNICO / DENUNCIA

Polícia Federal divulga e-mail para denúncias de fraudes sindicais

A Polícia Federal criou um e-mail para receber denúncias de fraudes sindicais. É preferível que a pessoa se identifique e anexe documentos que comprovem as alegações. Segundo a PF, o sigilo é garantido se o usuário fizer o pedido expressamente. O endereço de e-mail é registrosespurio@dpf.gov.br.

Briga no Hospital de Ceilândia – Sindicato do DF solta nota em defesa dos vigilantes

Uma confusão ocorrida no hospital de Ceilândia foi filmada e resultou em matérias em vários jornais locais. O Sindicato dos Vigilantes soltou uma nota para afirmar que os vigilantes agiram corretamente em defesa da integridade física de profissionais de saúde, outros pacientes e do patrimônio público.

Veja a nota do Sindicato enviada à imprensa:
Nota do Sindicato dos Vigilantes sobre confusão no Hospital de Ceilândia (madrugada de 01/07)

O Sindicato informa que o vigilante agiu corretamente e fatos como o ocorrido são rotina nos hospitais do DF, onde pacientes nervosos com demora ou falta de atendimento, e como neste caso, também embriagados, tentam agredir os médicos e profissionais de saúde. Neste caso, o vigilante tenta acalmar os ânimos

ou evitar agressões e acaba virando o primeiro alvo desses pacientes ou acompanhantes.

As imagens mostradas deixam claro que o paciente e acompanhantes do mesmo estavam exaltados sem motivo e o resultado foi um Policial Militar e um vigilante feridos. Isto prova a necessidade de aumentar o efetivo de vigilantes nos hospitais e demais unidades de saúde do DF, além de outros locais vulneráveis.

Fonte: Sindesv/DF



Seminário Nacional do Macrossetor Serviços da CUT

define plano de lutas



Uma das mesas do Seminário com a presença do Presidente da CNTV

O 1º Seminário Nacional do Macrossetor Serviços da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Realizado na terça (3) e quarta-feira (4), na sede do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em São Paulo (SP), definiu o plano de lutas do Macrossetor que contém a luta unitária da categorias como ponto fundamental. O documento contém ainda a criação de plenárias nos estados para debater os encaminhamentos e a criação de coordenações estaduais.

Vinicius Assumpção, vice-presidente da Contraf-CUT, explicou que o documento contém três eixos principais. “Tecnologia, emprego no setor de serviços; Macrossetor e a Conjuntura e Organização e Estruturação.”

Em tecnologia, emprego no setor de serviço a ideia é compartilhar as estruturas de comunicação para maximização das sindicalizações e das ações políticas; promover programas de formação e requalificação para dirigentes e trabalhadores de base e elaborar e apresentar as principais propostas e princípios do Macrossetor às candidaturas em 2018.

Já para macrossetor e a conjuntura ficou Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

definido que os ramos irão ampliar acordos e estudar modelos de Macrossetores existentes; estimular negociações nacionais, em mesas únicas, em diversas pautas; levantar dados de empresas, entidades e acordos para estabelecer um banco de dados, superar corporativismos e dar respostas rápidas e conjuntas e aproximar entidades sindicais da sociedade e movimentos sociais organizados para ampliação das mobilizações.

Para organização e estruturação as ações promovidas serão avançar nas representações sindicais; construir o Macrossetor como organismo da CUT e construir calendário com reuniões periódicas.

O Macrossetor Serviços é um dos quatro criados pela CUT para fortalecer lutas e ações comuns dos trabalhadores das respectivas categorias. Os outros três são Indústria, Serviço Público e Trabalhadores Rurais. Além da Contraf-CUT, participaram do grupo a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Comércio e Serviços da CUT (Contracs), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV), a Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Fenadados), a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL).

Fonte: Contraf-CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF